PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

CERTIDÃO CÍVEL Nº: 2679594
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS EM GERAL** no sistema eproc, verificamos CONSTAR em nome de:

NOME: MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A.
Raiz do CNPJ: 57.746.455
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SÃO PAULO
Município endereço da sede : SÃO PAULO
Endereço da sede : Declarou não conhecer o endereço.
Finalidade: Auditoria

Certidão emitida às 10:52 de 05/10/2026.

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4002004-22.2026.8.26.0101	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Caçapava	MOVIMENTO
4000141-83.2026.8.26.0116	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara da Comarca de Campos do Jordão	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4000057-02.2025.8.26.0348	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Mauá	MOVIMENTO
4007700-76.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 40ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4001824-36.2025.8.26.0361	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4018313-58.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 22ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4002350-62.2025.8.26.0309	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4014727-16.2025.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4002589-25.2025.8.26.0161	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Diadema	MOVIMENTO
4002585-08.2025.8.26.0704	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional XV - Butantã	MOVIMENTO
4006167-82.2025.8.26.0003	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional III - Jabaquara	MOVIMENTO
4017243-09.2025.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 10ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4000483-05.2025.8.26.0157	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara da Comarca de Cubatão	MOVIMENTO
4009892-67.2025.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4003825-80.2025.8.26.0009	Tutela Antecipada Antecedente	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional IX - Vila Prudente	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4006509-59.2025.8.26.0564	Monitória	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4037149-79.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 18ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4011562-61.2025.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4023781-06.2025.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 14ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4005541-48.2025.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4003461-03.2025.8.26.0529	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Santana de Parnaíba	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4000904-47.2025.8.26.0366	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara da Comarca de Mongaguá	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1066430-76.2021.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4000908-88.2025.8.26.0106	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara da Comarca de Caieiras	MOVIMENTO
4006908-24.2025.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1088087-69.2024.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
1075738-05.2022.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
1108537-33.2024.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4049270-42.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 41ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1078468-15.2024.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 14ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4006751-37.2025.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
0009544-71.2021.8.26.0100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 11ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
0020568-73.2025.8.26.0224	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4031704-83.2025.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 16ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4001394-26.2025.8.26.0445	Tutela Antecipada Antecedente	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Pindamonhangaba	MOVIMENTO
1025882-17.2024.8.26.0224	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO
4059332-44.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 24ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4005337-30.2025.8.26.0161	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Diadema	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0020554-89.2025.8.26.0224	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4004221-03.2025.8.26.0609	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Taboão da Serra	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4003527-83.2025.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4068192-34.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 42ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4008013-89.2025.8.26.0309	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO
4073210-36.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 15ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4010714-92.2025.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4076202-67.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 19ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4004277-85.2025.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO
4080648-16.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 5ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4002748-41.2025.8.26.0266	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara da Comarca de Itanhaém	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4011866-78.2025.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4004462-26.2025.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4084171-36.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4001481-13.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 37ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4000295-37.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4002086-59.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4000729-07.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4000278-48.2026.8.26.0348	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4001159-48.2026.8.26.0405	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível da Comarca de Osasco	MOVIMENTO
4000337-36.2026.8.26.0348	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4000405-28.2026.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4002434-90.2026.8.26.0224	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4000928-54.2026.8.26.0006	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional VI - Penha de França	MOVIMENTO
4000685-54.2026.8.26.0348	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4000724-93.2026.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4006143-23.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 16ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4001809-43.2026.8.26.0196	Monitória	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Franca	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4000466-82.2026.8.26.0108	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Judicial da Comarca de Cajamar	MOVIMENTO
4000603-68.2026.8.26.0624	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Tatuí	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4003410-69.2026.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 1ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
4002785-02.2026.8.26.0309	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4001524-24.2026.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO
4004522-51.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4030832-31.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 43ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4034132-98.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 24ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4001125-96.2026.8.26.0268	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara da Comarca de Itapecerica da Serra	MOVIMENTO
4000506-43.2026.8.26.0115	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara da Comarca de Campo Limpo Paulista	MOVIMENTO
4004030-65.2026.8.26.0562	RECURSO CÍVEL	Recursos do Juizado Especial	Gab 02 - 2ª Turma Recursal Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4001257-02.2026.8.26.0286	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Itu	MOVIMENTO
4004580-82.2026.8.26.0005	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 5ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0004231-30.2024.8.26.0002	Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4005852-83.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4005300-51.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
4001101-84.2026.8.26.0198	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Franco da Rocha	MOVIMENTO
4003378-67.2026.8.26.0006	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional VI - Penha de França	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1004374-93.2025.8.26.0704	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional XV - Butantã	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4005922-33.2026.8.26.0554	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santo André	MOVIMENTO
4004056-88.2026.8.26.0004	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4002019-97.2026.8.26.0292	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Jacareí	MOVIMENTO
1021385-13.2025.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4008448-32.2026.8.26.0405	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO
4047419-31.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4002917-38.2026.8.26.0704	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional XV - Butantã	MOVIMENTO
1010949-86.2024.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0011576-15.2021.8.26.0564	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0007674-49.2024.8.26.0564	Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
1007162-82.2021.8.26.0005	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	MOVIMENTO
4007635-43.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
4001254-08.2026.8.26.0299	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara da Comarca de Jandira	MOVIMENTO
4002572-47.2026.8.26.0292	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Jacareí	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1010445-39.2023.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
4007040-47.2026.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1013102-47.2025.8.26.0309	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0010157-40.2025.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1018841-68.2024.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
0061240-64.2012.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 42ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1033397-53.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 26ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1005567-46.2025.8.26.0510	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro	MOVIMENTO
4028067-90.2026.8.26.0002	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 16ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
0002004-96.2026.8.26.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 15ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
1004997-35.2025.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO
1001334-07.2025.8.26.0348	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO
1005540-63.2025.8.26.0510	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro	MOVIMENTO
0002228-28.2026.8.26.0004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO
4066877-34.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1008728-96.2025.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
1001999-55.2022.8.26.0048	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Civel da Comarca de Atibaia	SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
0062824-15.2025.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 39ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000120-93.2025.8.26.0537	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1099483-06.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 43ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1000755-94.2026.8.26.0228	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 18ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000156-86.2026.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0006809-71.2021.8.26.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000084-02.2026.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Santana de Parnaíba	MOVIMENTO
4006387-79.2026.8.26.0477	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Praia Grande	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4009946-07.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
4034003-96.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4007738-39.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4012413-09.2026.8.26.0602	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba	MOVIMENTO
4076327-98.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 7ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4008603-26.2026.8.26.0020	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional XII - Nossa Senhora do Ó	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1017264-37.2022.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1001510-48.2025.8.26.0101	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Caçapava	MOVIMENTO
4009182-98.2026.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
1021881-76.2024.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1109038-18.2023.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 17ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0034942-78.2025.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 17ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4020454-32.2026.8.26.0224	Petição Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1100423-68.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 34ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4010664-07.2026.8.26.0068	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4022712-15.2026.8.26.0224	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4006345-68.2026.8.26.0529	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santana de Parnaíba	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4095173-66.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 30ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4008519-90.2026.8.26.0451	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba	MOVIMENTO
1040254-76.2024.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4010083-75.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 1ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4008196-53.2026.8.26.0009	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional IX - Vila Prudente	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4100538-04.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 17ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4009298-28.2026.8.26.0004	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO
4010401-58.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4006076-32.2026.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4046388-76.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 8ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1101524-43.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 7ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
0033828-10.2025.8.26.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0033832-47.2025.8.26.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
0026215-09.2020.8.26.0100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 19ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4048187-57.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 16ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4004910-47.2026.8.26.0048	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Civel da Comarca de Atibaia	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4009486-38.2026.8.26.0451	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba	MOVIMENTO
0016514-06.2025.8.26.0405	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4012943-63.2026.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO
1044375-66.2023.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000011-40.2025.8.26.0550	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1002259-74.2025.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1021878-74.2022.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
4011284-05.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
1011798-57.2022.8.26.0005	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	SUSP/SOBR-Aguarda dec.Inst.Sup
0002735-88.2023.8.26.0005	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	SUSPENSAO
1000007-90.2026.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4110972-52.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
0008422-08.2025.8.26.0577	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO
1033251-07.2023.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO
1003140-42.2025.8.26.0004	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 1ª Vara Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO
1004056-07.2024.8.26.0006	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 1ª Vara Cível - Regional VI - Penha de França	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4020860-92.2026.8.26.0405	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO
4006680-48.2026.8.26.0348	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Mauá	MOVIMENTO
4009389-15.2026.8.26.0006	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional VI - Penha de França	MOVIMENTO
1023767-94.2025.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000039-32.2025.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
1061891-59.2024.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4011017-45.2026.8.26.0004	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4012949-20.2026.8.26.0020	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível - Regional XII - Nossa Senhora do Ó	MOVIMENTO
4012263-69.2026.8.26.0071	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Bauru	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4001600-08.2026.8.26.0218	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara da Comarca de Guararapes	MOVIMENTO
4016378-42.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
4025128-53.2026.8.26.0224	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4003488-02.2026.8.26.0189	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis	MOVIMENTO
4012597-98.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 5ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4024999-38.2026.8.26.0001	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara do Juizado Especial Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
1016653-46.2025.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
1024163-11.2020.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4025601-29.2026.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4000610-81.2026.8.26.0035	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - Vara Única da Comarca de Águas de Lindoia	MOVIMENTO
4014660-87.2026.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4128696-69.2026.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 11ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4128925-29.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 26ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4022953-58.2026.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1010207-75.2023.8.26.0506	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto	MOVIMENTO
4025816-05.2026.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4023021-08.2026.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
4129941-18.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 34ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1002788-91.2025.8.26.0228	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 22ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
0003104-38.2026.8.26.0309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO
4008164-85.2026.8.26.0223	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Guarujá	MOVIMENTO
4023319-97.2026.8.26.0007	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
0008289-45.2025.8.26.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 7ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4008273-96.2026.8.26.0127	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba	MOVIMENTO
4011586-63.2026.8.26.0451	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4017840-34.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4005592-03.2026.8.26.0565	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000266-40.2025.8.26.0536	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá	MOVIMENTO
4019959-35.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4016291-89.2026.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO
4061252-22.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4027535-22.2026.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO
1043215-09.2024.8.26.0506	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto	MOVIMENTO
4005755-80.2026.8.26.0565	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul	MOVIMENTO
4021947-28.2026.8.26.0003	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional III - Jabaquara	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4011221-83.2026.8.26.0006	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara do Juizado Especial Cível - Regional V - São Miguel Paulista	MOVIMENTO
4140548-90.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 31ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1035486-49.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 29ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4025592-19.2026.8.26.0405	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Cível da Comarca de Osasco	MOVIMENTO
4142144-12.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 40ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4008776-75.2026.8.26.0529	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Santana de Parnaíba	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4001101-66.2026.8.26.0301	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - Vara Única da Comarca de Jarinu	MOVIMENTO
4142598-89.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 11ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1016804-62.2021.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0008203-45.2025.8.26.0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO
4016871-96.2026.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4143868-51.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 5ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1008484-98.2025.8.26.0005	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4017352-59.2026.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 2ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO
4015809-91.2026.8.26.0020	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível - Regional XII - Nossa Senhora do Ó	MOVIMENTO
4009305-42.2026.8.26.0223	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Guarujá	MOVIMENTO
1001330-05.2026.8.26.0228	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 28ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4148871-84.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 16ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
0014638-63.2021.8.26.0564	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
0028574-19.2026.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 33ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4022119-33.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4002632-11.2026.8.26.0586	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de São Roque	MOVIMENTO
4015468-04.2026.8.26.0008	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4022258-82.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4012417-10.2026.8.26.0032	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba	MOVIMENTO
1000316-48.2025.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 42ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4015823-14.2026.8.26.0008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 3ª Vara Cível - Regional VIII - Tatuapé	MOVIMENTO
4020612-67.2026.8.26.0554	Petição Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
0016588-68.2025.8.26.0564	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0003888-36.2020.8.26.0564	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4022820-91.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
0042710-92.2011.8.26.0602	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4023406-89.2026.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO
0008472-69.2026.8.26.0554	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1023974-41.2020.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
1016967-56.2024.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
0004878-66.2022.8.26.0011	Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum	Cível	Juízo Titular II - 5ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4006636-57.2026.8.26.0565	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul	MOVIMENTO
1000141-14.2026.8.26.0544	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4160366-28.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 40ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4023369-04.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4072355-26.2026.8.26.0002	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4029435-22.2026.8.26.0007	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular II - Vara do Juizado Especial Cível - Regional VII - Itaquera	MOVIMENTO
0006410-30.2024.8.26.0068	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1094793-65.2024.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4023933-80.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4165682-22.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1000117-10.2026.8.26.0536	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Civel da Comarca de Santos	MOVIMENTO
0004180-45.2026.8.26.0100	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular II - 41ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1043640-56.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 41ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4015430-04.2026.8.26.0004	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara do Juizado Especial Cível - Regional IV - Lapa	MOVIMENTO
4074294-41.2026.8.26.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara do Juizado Especial Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO
4033562-21.2026.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4168433-79.2026.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0008495-82.2026.8.26.0564	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
1000243-48.2025.8.26.0616	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4009466-64.2026.8.26.0704	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional XV - Butantã	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1012589-04.2025.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0004859-79.2020.8.26.0577	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0006280-39.2025.8.26.0348	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO
1032636-90.2022.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4175173-53.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 27ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4175145-85.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 33ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4008946-10.2026.8.26.0606	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Suzano	MOVIMENTO
4014884-42.2026.8.26.0361	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes	MOVIMENTO
4023381-48.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1000123-33.2025.8.26.0542	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
0016182-52.2022.8.26.0564	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4020778-05.2026.8.26.0068	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1028231-11.2022.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4023795-46.2026.8.26.0554	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4179487-42.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 25ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4011045-32.2026.8.26.0127	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba	MOVIMENTO
4008077-19.2026.8.26.0292	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Jacareí	MOVIMENTO
0004297-35.2026.8.26.0068	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri	MOVIMENTO
0003610-98.2021.8.26.0564	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
4182035-40.2026.8.26.0100	Tutela Antecipada Antecedente	Cível	Juízo Titular I - 29ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4010384-14.2026.8.26.0625	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté	MOVIMENTO
4011206-42.2026.8.26.0127	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Carapicuíba	MOVIMENTO
4026599-54.2026.8.26.0564	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo	MOVIMENTO
1024011-54.2025.8.26.0405	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Civel da Comarca de Osasco	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
4183917-37.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 27ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4183876-70.2026.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 27ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
4027508-57.2026.8.26.0577	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos	MOVIMENTO
0003987-26.2026.8.26.0554	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	MOVIMENTO
1000910-74.2023.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 4ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO
0013712-44.2023.8.26.0554	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 8ª Vara Civel da Comarca de Santo Andre	SUSP/SOBR-Aguarda dec.Inst.Sup

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2679594

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4082856-39.2026.8.26.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 14ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
1033396-39.2023.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 29ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1002062-50.2025.8.26.0606	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Suzano	MOVIMENTO
1011815-63.2024.8.26.0348	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara Cível da Comarca de Mauá	MOVIMENTO-REMETIDO AO TJ
0025064-95.2026.8.26.0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cível	Juízo Titular I - 27ª Vara Cível - Foro Central Cível	MOVIMENTO
1016205-38.2024.8.26.0005	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista	MOVIMENTO
4001137-03.2026.8.26.0627	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Teodoro Sampaio	MOVIMENTO

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como autor(a).

São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

Necessário complementar com a certidão de distribuição Cível em Geral - SAJ SGC

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: DELTON FLAVIO CASTALDI FILHO - CPF: ***.732.168-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 5041112 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 28/09/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A., CNPJ: 57.746.455/0001-78, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de setembro de 2026.

PEDIDO N°: 0100735566

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2024, receitas com operações de assistência à saúde no montante de R$ 94,304 milhões (R$ 85,141 milhões no exercício de 2023), crescimento de 10,76%, tendo, ao longo do exercício de 2024, intensificado a implementação de novas iniciativas, que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco na oferta de novos planos, soluções e serviços aos clientes, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde.

Resultado do Exercício

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou no exercício de 2024 Lucro Líquido de R$ 65,693 milhões (R$ 73,450 milhões no exercício de 2023), representando uma rentabilidade de 15,20% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto prevê o pagamento aos acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, conforme normas contábeis em vigor.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Aplicativo: lançamento da versão 4.4.3 no mesmo *design system* da Bradesco Saúde, com a aplicação de identidade visual e particularidades próprias da Mediservice. Destaque para a entrega do demonstrativo de utilização para fins de conciliação, transparência e para o Imposto de Renda, assim como incluindo os *cards* noticiando o desconto farmácia, parto adequado, programa Meu Doutor e habilitando o reconhecimento digital;
- Programa de Descontos: implantação do clube de vantagens Mediservice, oferecendo benefícios, *cashback*, descontos e outras oportunidades direcionadas à saúde e ao bem-estar. Sempre em parceria com grandes marcas e sem custo para os nossos clientes. Mediante o cadastro com o número do cartão Mediservice já é possível obter essas ofertas; e
- A estratégia de crescimento da Mediservice superou as expectativas. Em relação ao ano anterior, registramos crescimento de 24% no faturamento do Compartilhamento de Rede, sendo esse o pilar de destaque da Mediservice através do reposicionamento de sua marca. Como resultado, um aumento de 136.433 beneficiários na carteira da Mediservice, encerrando o ano de 2024 com 571.743 beneficiários.

Perspectivas e Planos da Administração para 2025

- Customizar soluções no processo de gestão assistencial do benefício, permitindo maior sustentabilidade das diferentes carteiras e retenção do cliente;
- Segmentar os diferentes públicos da carteira, proporcionando jornadas e serviços diferenciados na perspectiva do beneficiário;
- Revisitar modelo de atuação que seja cada vez mais proativo e customizado na gestão da sinistralidade;
- Ações contínuas para construção de indicadores visando a prevenção a fraudes e abusos; e
- Potencializar as decisões da Companhia baseadas em dados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controles de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objetives for Information and Related Technology)*. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

A Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio, das regulamentações aplicáveis à Mediservice para assegurar a aderência, realizando o monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades.

Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o aculturamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Gestão de Riscos

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde possui uma Estrutura de Gestão de Riscos em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, monitorar continuamente a exposição e tolerância aos riscos e assegurar o aculturamento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e à Fraudes

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, recursos estes aplicados no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de *e-mails* corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios e/ou suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Durante o exercício de 2024, não foram realizadas comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a rapidez das soluções digitais, atuamos para que nossos ativos estejam protegidos e preparados e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados. Para isso, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles, com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética para: i) identificação de ameaças e vulnerabilidades; ii) proteção contra-ataques; e iii) resposta e recuperação de incidentes, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde aprimora continuamente sua governança com a adoção de medidas (preventivas e/ou corretivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade dos clientes, funcionários, colaboradores e dos ativos de informação. Essas ações estão sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e aculturamento.

Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, bem como revisamos, no mínimo anualmente, normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento às solicitações de titulares de dados pessoais, dentre outras atribuições.

Tecnologia da Informação

Os esforços dos núcleos de Tecnologia da Informação da Mediservice Operadora de Planos de Saúde, alinhados ao direcionamento estratégico, no exercício de 2024, concentraram-se em projetos, de forma a ganhar mais eficiência, maximizar a segurança e melhorar a experiência do usuário e a satisfação dos clientes, destacando-se:

- Melhorias no Portal Credenciado, com a disponibilização de funcionalidade, que apresenta o termo de Atualização do Acordo Operacional no portal do credenciado, eliminando a necessidade de impressões físicas, reduzindo erros e atrasos na entrega, que antes eram feitas por meio de correio. Também implementamos melhorias no processo de Edição de Dados Cadastrais Básicos, que reduziu o número de alterações feitas pelas sucursais, resultando em uma jornada de fácil operação em que o credenciado mantém a gestão do cadastro básico sob sua responsabilidade direta, eliminando intermediários no processo. Foi disponibilizada a nova jornada de consulta de autorizações e prorrogações de senhas, proporcionando mais segurança, maior *performance* no portal, agilidade e melhor entendimento do processo;
- Foi reformulada e otimizada a jornada de Segunda Opinião Médica para Peritos e Consultores Médicos em uma nova tecnologia, que proporciona maior segurança da informação nas transações realizadas pelo canal externo, com benefício de uma experiência digital fluída, simples, sem fricção e mais segura; e
- Houve melhorias no Portal Beneficiário, como a disponibilização de nova jornada para que o beneficiário acompanhe o *status* das senhas de autorizações de procedimentos médicos, próprios ou de dependentes menores de 18 anos, com informação transparente e de fácil acesso.

Agradecimentos

Agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes; o papel exercido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e demais Órgãos Reguladores; e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		**372.171**	**786.916**
Disponível		**10.207**	**9.289**
Realizável		**361.964**	**777.627**
Aplicações financeiras	4	**181.874**	**519.767**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	332.098
Aplicações livres		181.874	187.669
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		**158.845**	**238.894**
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	5	110.129	193.568
Operadoras de planos de assistência à saúde		47.701	44.275
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.015	1.051
Créditos tributários e previdenciários	6	**18.726**	**18.544**
Bens e títulos a receber		**2.400**	**304**
Despesas antecipadas		**119**	**118**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**17.102**	**17.885**
Realizável a longo prazo		**14.640**	**14.135**
Ativo fiscal diferido	6	**10.747**	**11.320**
Depósitos judiciais e fiscais	7	**3.893**	**2.815**
Imobilizado	8	**353**	**1.308**
Imobilizado de uso próprio		-	**2**
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos		-	2
Outras imobilizações		7	140
Direito de uso de arrendamentos		**346**	**1.166**
Intangível	9	**2.109**	**2.442**
TOTAL DO ATIVO		**389.273**	**804.801**

PASSIVO	Nota	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE		**303.434**	**271.077**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	**154.826**	**208.806**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		293	368
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		154.533	208.438
Débitos de operações de assistência à saúde		**7.148**	**5.343**
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		7.148	5.343
Tributos e encargos sociais a recolher	11	**42.266**	**42.909**
Débitos diversos	12	**99.194**	**14.019**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**12.790**	**13.960**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	**2.570**	**1.786**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		2.570	1.786
Provisões		**10.220**	**11.763**
Provisões para ações judiciais	13	**10.220**	**11.763**
Débitos diversos	12	-	**411**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**73.049**	**519.764**
Capital social/patrimônio social		40.698	390.698
Reservas		**32.351**	**129.066**
Reservas de lucros/sobras/retenção de superávits		32.351	129.066
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**389.273**	**804.801**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	18a	**87.770**	**79.160**
Receitas com operações de assistência à saúde		**94.304**	**85.141**
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		94.304	85.141
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.534)	(5.981)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**87.770**	**79.160**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**4.590**	**11.878**
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18b	**(20.291)**	**(17.734)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(19.270)	(16.815)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(690)	(583)
Provisão para perdas sobre créditos		(331)	(336)
RESULTADO BRUTO		**72.069**	**73.304**
Despesas administrativas	18c	**(24.536)**	**(23.885)**
Resultado financeiro líquido	18d	**52.326**	**62.861**
Receitas financeiras		52.935	64.115
Despesas financeiras		(609)	(1.254)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**99.859**	**112.280**
Imposto de renda	18e	(23.929)	(25.969)
Contribuição social	18e	(8.929)	(9.657)
Impostos diferidos	18e	(573)	(1.937)
Participações sobre o lucro		(735)	(1.267)
RESULTADO LÍQUIDO		**65.693**	**73.450**
Quantidade de ações		**101.528.762**	**101.528.762**
Resultado líquido por ação		**0,65**	**0,72**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**65.693**	**73.450**
Total do resultado abrangente do exercício	**65.693**	**73.450**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de planos saúde	1.313.596	1.426.213
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.586.943	1.442.674
(+) Outros recebimentos operacionais	20.571	35
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.207.411)	(1.371.522)
(-) Pagamento de pessoal	(11.508)	(9.820)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(9.270)	(10.214)
(-) Pagamento de tributos	(25.905)	(26.365)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributários)	(3.622)	(1.030)
(-) Pagamento de aluguel	(929)	(1.027)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(1.456)	(1.129)
(-) Aplicações financeiras	(1.211.144)	(1.444.648)
(-) Outros pagamentos operacionais	(23.746)	(4.993)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**426.119**	**(1.826)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	30.180
(-) Pagamento de participação nos resultados	(906)	(966)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(424.295)	(32.432)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(425.201)**	**(3.218)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**918**	**(5.044)**
CAIXA – Saldo inicial	9.289	14.333
CAIXA – Saldo final	10.207	9.289
	918	**(5.044)**
Ativos livres no início do período	196.958	225.823
Ativos livres no final do período	192.081	196.958
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras - RECURSOS LIVRES	**(4.877)**	**(28.865)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01º de janeiro de 2023	**360.518**	**19.836**	**73.774**	**-**	**454.128**
Aumento de capital:					
AGE de 27/12/2023	30.180	-	-	-	**30.180**
Dividendos pagos (R$ 339,14 por lote de mil ações)	-	-	-	(32.432)	**(32.432)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	73.450	**73.450**
Dividendos propostos (R$ 54,78 por lote de mil ações)	-	-	-	(5.562)	**(5.562)**
Proposta para destinação do lucro líquido	-	3.673	31.783	(35.456)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**390.698**	**23.509**	**105.557**	**-**	**519.764**
(Reduções) de capital:					
AGE de 20/09/2024	(250.000)	-	-	-	(250.000)
AGE de 30/09/2024	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Dividendos pagos (R$ 332,98 por lote de mil ações)	-	-	(33.807)	-	(33.807)
Dividendos propostos (R$ 651,96 por lote de mil ações)	-	-	(66.193)	-	(66.193)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.693	65.693
Dividendos pagos antecipadamente (R$ 344,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(34.926)	(34.926)
Dividendos propostos (R$ 270,68 por lote de mil ações)	-	-	-	(27.482)	(27.482)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	3.285	-	(3.285)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**40.698**	**26.794**	**5.557**	**-**	**73.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social operar planos de assistência à saúde e odontológicos, desenvolvimento de atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias, prestação de serviços relacionadas à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo, CEP 06472-900.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas em conjunto com as operações da controladora Bradesco Saúde, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A. em 26 de fevereiro de 2025.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras e 13 – Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo, em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais, segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros na categoria mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde", que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada; avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros; o valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a. Redução ao valor recuperável (impairment) de Contraprestação Pecuniária a Receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de contraprestações e de taxa de administração a receber com base em estudo técnico, que consiste em observar os índices de recebimento em relação às contraprestações emitidas, por cliente, nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas em atraso superior a 90 dias, cujo percentual de recebimento seja menor que 80% serão provisionadas as parcelas vencidas e a vencer independente do período inadimplente de contraprestações, taxas de administração a receber e outros créditos de operações com planos. Nos contratos cujo percentual de recebimento for superior a 80% das emissões no período de estudo, são provisionadas as parcelas vencidas com período igual ou superior a 90 dias. Para os contratos em situação de Execução Judicial é constituído 100% do montante a receber independente o período em inadimplência.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de recuperação do contratante, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos líquidos dos custos da transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

(i) Ativos de direito de uso

Para as operações de arrendamento mercantil, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos e serão registrados contabilmente quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. A Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A., a qual é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento, a depender do tempo de empresa.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240, no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária, sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente, considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Normas, alterações e interpretações de normas

a. Normas Aplicáveis em períodos futuros

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela ANS, são como segue:

Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo ISSB IFRS S1 E S2 - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As novas NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 26- IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis - Demonstração de Resultado

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

Lei 15040/2024 - Lei do Contrato de Seguros

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os impactos da Lei estão sendo avaliado pela Administração.

Lei Complementar nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento do risco inerente às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e, para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital, com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos estuda tal risco, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados, entre outros, ao risco de mercado, os quais são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital. Para mitigar o risco de crédito, atrelado ao risco do contas a receber, a Companhia adota como prática o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo, pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

		2024
Ativos Financeiros/*Rating*	**AAA (*)**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**181.874**	**181.874**
Títulos de renda fixa públicos	181.874	181.874
Total	**181.874**	**181.874**

		2023
Ativos Financeiros/*Rating*	**AAA (*)**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**519.767**	**519.767**
Títulos de renda fixa públicos	519.767	519.767
Total	**519.767**	**519.767**

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações; em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

continua

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	2024	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	10.207	-
Fluxo de 0 a 3 meses	343.118	303.235
Fluxo de 3 a 6 meses	-	199
Total	**353.325**	**303.434**

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas na melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso à RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros de renda fixa, principalmente de operações compromissadas, considerada de baixo risco de mercado. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos da Companhia e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos, a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente, com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2024	%	2023	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**181.874**	**100**	**519.767**	**100**
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	181.874	100	519.767	100

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos da Companhia, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

					2024
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	**35.132**	**146.742**	**181.874**	**181.601**	**273**
Letras financeiras do tesouro	35.132	146.742	181.874	181.601	273
Total	**35.132**	**146.742**	**181.874**	**181.601**	**273**

					2023
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	**26.285**	**313.047**	**180.435**	**519.767**	**519.512**	**255**
Letras financeiras do tesouro	26.285	313.047	180.435	519.767	519.512	255
Total	**26.285**	**313.047**	**180.435**	**519.767**	**519.512**	**255**

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2024	2023
Total das provisões técnicas (A)	**157.396**	**210.592**
(-) Redutores da necessidade de cobertura (*)	157.396	-
Total a ser coberto (A)	**-**	**210.592**
Quotas de fundos de investimentos	-	332.098
Total exigido (B)	**-**	**332.098**
Suficiência (B) - (A)	**-**	**121.506**

(*) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de PPCNG, PIC, PESL com depósito judicial, PESL SUS/preço pós estabelecido e Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL que tenham sido avisados nos últimos 30 (trinta) dias.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

	2024		2023	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado	**181.874**	**181.874**	**519.767**	**519.767**
Letras financeiras do tesouro	181.874	181.874	519.767	519.767
Total	**181.874**	**181.874**	**519.767**	**519.767**

Movimentação das aplicações financeiras

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**519.767**	**467.242**
(+) Aplicações	1.211.144	1.444.648
(-) Resgates	(1.599.204)	(1.455.730)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	50.167	63.607
Saldo em 31 de dezembro	**181.874**	**519.767**

e. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2024, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 99,89% (100,28% em 31 de dezembro de 2023) do CDI no acumulado do exercício e, em relação ao referido *benchmark*, as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi de 100% em 2024 e 2023 da SELIC (títulos pós-fixados).

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2024	2023
A vencer:		
Até 30 dias	104.761	187.023
De 31 a 120 dias	536	644
Total a vencer	**105.297**	**187.667**
Vencidos:		
Até 30 dias	1.409	4.046
De 31 a 120 dias	865	1.196
Acima de 121 dias	20.282	18.682
Total vencidos	**22.556**	**23.924**
Redução ao valor recuperável	(17.724)	(18.023)
Total	**110.129**	**193.568**

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**193.568**	**175.287**
(+) Contraprestações emitidas	819.176	1.125.202
(+) Taxa de administração e de implantação	36.180	37.952
(-) Recebimentos	(939.094)	(1.146.158)
(+) Constituição de provisão de perda	299	1.285
Saldo em 31 de dezembro	**110.129**	**193.568**

6. Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

			2024			2023
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo fiscal diferido (i)	-	10.747	10.747	-	11.320	11.320
Impostos a compensar	18.726	-	18.726	18.544	-	18.544
Total	**18.726**	**10.747**	**29.473**	**18.544**	**11.320**	**29.864**

(i) Ativos fiscais diferidos

	Saldo em 2023	Constituição	Realização	Saldo em 2024
Provisão para riscos de crédito	6.252	458	(79)	6.631
Provisão para contingências cíveis	3.441	1.091	(1.724)	2.808
Provisão para contingências trabalhistas	518	153	(4)	667
Outros	1.109	126	(594)	641
Total	**11.320**	**1.828**	**(2.401)**	**10.747**

	Saldo em 2022	Constituição	Realização	Saldo em 2023
Provisão para riscos de crédito	6.694	-	(442)	6.252
Provisão para contingências cíveis	3.101	561	(221)	3.441
Provisão para contingências trabalhistas	411	107	-	518
Provisão para contingências fiscais	1.957	270	(2.227)	-
Outros	1.095	91	(77)	1.109
Total	**13.258**	**1.029**	**(2.967)**	**11.320**

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025	1.416	509	1.925
2026	885	319	1.204
2027	757	273	1.030
2028	665	239	904
2029	797	287	1.084
2030 a 2032	2.935	1.057	3.992
2033	447	161	608
Total	**7.902**	**2.845**	**10.747**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Depósitos judiciais e fiscais

	2024	2023
Cíveis	3.364	2.504
Eventos	418	190
Trabalhistas	90	100
Outros depósitos	21	21
Total	**3.893**	**2.815**

8. Imobilizado

	Saldo em 2023	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2024
Bens móveis	2	-	(2)	-
Outras imobilizações	140	-	(133)	7
Ativo de direito de uso	1.166	(41)	(779)	346
Total	**1.308**	**(41)**	**(914)**	**353**

	Saldo em 2023	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2024
Bens móveis	43	-	(41)	2
Outras imobilizações	271	-	(131)	140
Ativo de direito de uso	1.868	105	(807)	1.166
Total	**2.182**	**105**	**(979)**	**1.308**

9. Intangível

	Saldo em 2023	Amortização	Saldo em 2024
Software	2.442	(333)	2.109
Total	**2.442**	**(333)**	**2.109**

	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Software	3.767	(1.325)	2.442
Total	**3.767**	**(1.325)**	**2.442**

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**210.592**	**192.991**
Eventos conhecidos	1.140.563	1.371.240
Eventos pagos	(1.193.759)	(1.352.954)
Reversão/constituição PEONA SUS	-	(685)
Saldo em 31 de dezembro	**157.396**	**210.592**

11. Tributos e encargos sociais a recolher

	2024	2023
Retenção de impostos e contribuições	22.641	20.433
Imposto de renda	16.435	19.135
Contribuição social	1.801	1.925
COFINS e PIS	388	375
Outros tributos e encargos sociais a recolher	1.001	1.041
Total	**42.266**	**42.909**

12. Débitos diversos

Circulante	2024	2023
Partes relacionadas	94.311	5.971
Dividendos a pagar	93.675	5.562
Outras contas a pagar	636	409
Depósitos de terceiros (i)	822	1.110
Obrigações com pessoal	2.247	2.050
Fornecedores	568	727
Passivo de arrendamento (ii)	398	864
Outros débitos	848	3.297
Total	**99.194**	**14.019**
Não Circulante		
Passivo de arrendamento (ii)	-	411
Total	**-**	**411**

(i) *Aging* de depósito de terceiros

De 1 a 30 dias	591	922
De 31 a 180 dias	231	188
Total	**822**	**1.110**

Passivo de arrendamento (ii)

	2024	2023
	Imóveis	Imóveis
Saldo 1º de janeiro	**1.275**	**1.955**
Remensuração e novos contratos	(41)	105
Pagamentos	(917)	(947)
Apropriação de encargos financeiros	81	162
Saldo em 31 de dezembro	**398**	**1.275**

(ii) *Aging* do passivo de direito de uso

	2024	2023
Até um ano	398	864
Entre um e cinco anos	-	411
Total	**398**	**1.275**

13. Provisões para ações judiciais

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. Os passivos relacionados às obrigações legais em discussão judicial são mantidos até a definição da ação.

(i) Obrigações legais

Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde – TSS

A Companhia pleiteia, através de ação judicial distribuída em 26/07/2017, a desconstituição da obrigatoriedade da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde – TSS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Já foi proferida decisão concedendo a tutela de urgência (liminar) para determinar a suspensão da exigibilidade da TPS. Em 31 de dezembro de 2022, o processo estava em fase de julgamento e encerrou-se em Setembro/2023 de forma favorável.

(ii) Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extras". As horas extraordinárias realizadas são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não têm, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, dentre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017). Ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R$1.476 (R$1.701 em 31 de dezembro de 2023), para os processos cíveis e R$ 2.579 (R$ 2.486 em 31 de dezembro de 2023), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere às seguintes questões:

a) Auto de Infração de ISSQN, sobre serviços médicos prestados, no montante de R$ 1.137 (R$1.075 em 31 de dezembro de 2023). A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

b) Auto de Infração de PIS e COFINS da Lei 9.718/98, no montante de R$ 645 (R$ 598 em 31 de dezembro de 2023). A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

continua

(iv) Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	821	10.942	11.763
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	103	1.976	2.079
Pagamentos	(11)	(3.611)	(3.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	913	9.307	10.220

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.752	728	10.066	16.546
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	(5.752)	93	1.906	(3.753)
Pagamentos	-	-	(1.030)	(1.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	821	10.942	11.763

14. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 101.528.762 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	65.693	73.450
Constituição da reserva legal	(3.285)	(3.673)
Base de cálculo dos dividendos	62.408	69.777
Dividendos pagos e propostos no exercício	62.408	37.994
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00%	54,45%

b. Atos societários

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 20 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2024, foram deliberadas as reduções de capital nos montantes de R$250.000 e R$100.000, respectivamente, sem cancelamento de ações.

Durante o semestre de 2024, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, a destinação de dividendos extraordinários, no montante de R$162.408, sendo R$62.408, por conta do resultado do exercício e R$100.000, mediante utilização de parte da conta "Reservas de lucros – Estatutárias".

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após constituição de reserva legal e outras deduções legais, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

15. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

	2024
Patrimônio líquido contábil	73.049
(-) Despesas antecipadas	(119)
(-) Ativo não circulante intangível	(2.109)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	70.821
Capital regulatório (maior valor entre I e II)	34.246
Capital base (I)	11.702
Capital baseado em riscos (II)*	34.246
Risco de crédito	15.400
Risco de mercado	5.938
Risco operacional	16.410
Efeito da correlação (benefício)	(3.502)
Suficiência	36.575

(*) O cálculo do capital baseado em riscos corresponde a soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução Normativa ANS nº 569/2022. O capital baseado no risco de subscrição não se aplica a contratos de planos de saúde na modalidade de preço pós-estabelecido, como a Mediservice.

16. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2024 totalizou R$200 (R$148 em 31 de dezembro de 2023); além disso a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

17. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC05. O Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	10.207	9.286	-	-
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii)	-	-	631	404
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta) (vi)	-	-	93.675	5.562
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	706	495	4.298	5.114
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii)	-	-	19	25
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	5	5
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	1	4
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	4	11
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	10	17
Vita Clínicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii)	3	-	-	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii)	5	-	-	-
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii)	7	-	330	223
Laboratório Biodinico Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	10	12
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	9	-
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	3	-
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	10	13
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	117	198
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	6	6
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	1
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	227	-	189	180
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii)	-	-	1	2
Instituto de Análises Clínicas de Santos (empresa ligada) (vii)	-	-	75	103
Moscogliato Serviço de Ultrasom Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	88	43
Anatomia Patológica Hugo Silviano Brandão (empresa ligada) (vii)	-	-	-	1
Total	11.155	9.781	99.481	11.924

	Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii)	-	-	(5.070)	(4.007)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	-	-	(4)	(4)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (iv) (ii)	105	-	(4.313)	(4.156)
Odontoprev S.A. (empresa Ligada) (iv)	-	-	(291)	(275)
Prevsaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(58)	(77)
Aleio S.A. (empresa ligada) (iv)	-	-	(1.399)	(1.245)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda.(empresa ligada) (v)	-	-	(917)	(948)
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii)	12.624	2.733	(30.270)	(29.951)
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii)	-	-	(127)	(136)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(67)	(60)
Vita Clínicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii)	12	-	-	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii)	29	-	-	-
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	(20)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(56)	(72)
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(22)	(17)
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(124)	(83)
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	(86)	(114)
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii)	11	-	(3.917)	(3.860)
Laboratório Biodinico Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(87)	(76)
Laboratório Marcelo Magalhães S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	(181)
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(54)	(56)
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(1.593)	(1.599)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(1.781)	(1.345)
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	1.197	-	(1.126)	(737)
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii)	-	-	(18)	(13)
Instituto de Análises Clínicas de Santos (empresa ligada) (vii)	-	-	(334)	(320)
Moscogliato Serviço de Ultrasom Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(403)	(203)
Anatomia Patológica Hugo Silviano Brandão (empresa ligada) (vii)	-	-	(2)	(1)
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(18)	-
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(8)	-
Eco-Rad Serviços Médicos Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(2)	-
Total	13.978	2.733	(52.147)	(49.556)

(i) Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
(ii) Contraprestações a receber/emitidas.
(iii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção.
(iv) Refere-se à prestação de serviços de processamento de informações relativas a eventos indenizáveis, benefícios de farmácia, assistência médica, assistência de viagem e alimentação.
(v) Despesas com aluguéis.
(vi) Dividendos.
(vii) Refere-se a sinistros avisados/pagos.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, sendo que os administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa da Organização.

18. Detalhamento das contas de resultado

a. Receitas com operações de assistência à saúde

	2024	2023
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	94.304	85.141
(-) Tributos	(6.534)	(5.981)
Total	87.770	79.160

b. Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde

	2024	2023
Despesas com seguros	(11.825)	(8.472)
Despesas de prestação de serviços	(5.323)	(5.172)
Despesas com encargos sociais	(2.995)	(3.069)
Despesas com confecção de carteira e livro de credenciamento	(340)	(325)
Reversão/constituição de provisão para perdas sobre créditos	(331)	(336)
Reversão/constituição de provisão para contingências cíveis	523	(360)
Total	(20.291)	(17.734)

c. Despesas administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio	(15.248)	(12.135)
Ordenados	(8.042)	(6.304)
INSS/FGTS	(2.739)	(2.137)
Alimentação ao trabalhador	(1.400)	(1.354)
Despesa com transporte de empregados	(434)	(383)
Planos de previdência privada (nota 18)	(200)	(148)
Outras	(2.433)	(1.809)
Despesas com serviços de terceiros	(3.478)	(4.808)
Despesas com localização e funcionamento	(3.072)	(3.876)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(1.315)	(1.124)
Despesas com donativos e contribuições	(1.037)	(1.422)
Impostos federais/estaduais/municipais	(153)	(45)
Outras	(233)	(475)
Total	(24.536)	(23.885)

d. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	50.167	63.607
Receitas com títulos de renda variável	2.499	381
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	134	5
Outras receitas financeiras	135	122
Subtotal	52.935	64.115
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas	(394)	(460)
Encargos sobre tributos	-	(204)
Outras despesas financeiras	(215)	(590)
Subtotal	(609)	(1.254)
Total	52.326	62.861

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias	(573)	(1.937)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(32.858)	(35.626)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.431)	(37.563)

19. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	99.859	112.280
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(33.952)	(38.175)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no resultado	(250)	(431)
Contribuição entidade de classe	(163)	(115)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	(145)	(152)
Doações, patrocínios e brindes	(310)	(465)
Outros valores	1.389	1.775
Total tributos	(33.431)	(37.563)
Alíquota efetiva	33,48%	33,45%

20. Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis da Bradesco Saúde S.A. (acionista controladora) em 27 de fevereiro de 2025, no Jornal Monitor Mercantil.

b. Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde Médico Hospitalar

	Corresponsabilidade Assumida	
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	2024	2023
Planos coletivos empresariais depois da lei	165.848	127.858
Planos coletivos empresariais antes da lei	155.540	118.179
Total	321.388	246.037

c. Conciliação do Lucro Líquido com as Atividades Operacionais do Fluxo de Caixa Direto

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	65.693	73.450
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	1.247	2.304
(+/-) Outros	906	966
(+/-)Variação das aplicações	337.893	(52.525)
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	332.098	(76.346)
(+/-) Aplicações livres	5.795	23.821
(+/-)Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	80.049	(32.371)
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	83.439	(18.281)
(+/-) Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	(3.426)	(14.119)
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	36	29
(+/-)Variação de créditos tributários e previdenciários	391	(1.479)
(+/-)Variação de bens e títulos a receber	(2.096)	206
(+/-)Variação de despesas antecipadas	(1)	(109)
(+/-)Variação de depósitos judiciais e fiscais	(1.078)	(581)
(+/-)Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(53.196)	17.601
(+/-)Variação de débitos de operações de assistência à saúde	1.805	(11.303)
(+/-)Variação de provisões	(1.543)	(4.783)
(+/-)Variação de tributos e encargos sociais a recolher	(643)	5.771
(+/-)Variação de débitos diversos	(3.308)	1.027
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	426.119	(1.826)

DIRETORIA

Carlos Alberto Iwata Marinelli	Diretor-Presidente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Rodrigo Bacellar Wuerkert	Diretor Geral	Valdirene Soares Secato	Diretora
Flávio Bitter	Diretor Gerente	Antonio Alexandre Arias	Diretor
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora		
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor		
Fabio Miranda Daher	Diretor		

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A..
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações
A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2025, receitas com operações de assistência à saúde no montante de R$ 104,629 milhões (R$ 94,304 milhões no exercício de 2024), crescimento de 10,95%, tendo, ao longo do exercício de 2025, intensificado a implementação de novas iniciativas, que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco na oferta de novos planos, soluções e serviços aos clientes, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde.

Resultado do Exercício
A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou no exercício de 2025 Lucro Líquido de R$ 52,715 milhões (R$ 65,693 milhões no exercício de 2024), representando uma rentabilidade de 70,87% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O Estatuto prevê o pagamento aos acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.
A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras
As aplicações financeiras estão classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, conforme normas contábeis em vigor.

Principais Ações Estratégicas Realizadas
- Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Foi ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Aplicativo: lançamento da versão 4.4.3. no mesmo *design system* da Bradesco Saúde, com a aplicação de identidade visual e particularidades próprias da Mediservice. Destaque para a entrega do demonstrativo de utilização para fins de conciliação, transparência e para o Imposto de Renda, assim como incluindo os *cards* noticiando o desconto farmácia, parto adequado, programa Meu Doutor e habilitando o reconhecimento digital;
- Programa de Descontos: implantação do Clube de Vantagens Mediservice, oferecendo benefícios, *cashback*, descontos e outras oportunidades direcionadas à saúde e ao bem-estar. Sempre em parcerias com grandes marcas e sem custo para os nossos clientes. Mediante ao cadastro com o número do cartão Mediservice é possível obter essas ofertas; e
- A estratégia de crescimento da Mediservice tem se mostrado promissora através do Compartilhamento de Rede, que se tornou um pilar de destaque no reposicionamento de sua marca; encerrando o exercício de 2025 com 856.020 beneficiários, sendo 760.155 beneficiários do Compartilhamento de Rede e 95.865 beneficiários da Operadora.

Perspectivas e Planos da Administração para 2026
- Customizar soluções no processo de gestão assistencial do benefício, permitindo maior sustentabilidade das diferentes carteiras e retenção do cliente;
- Segmentar os diferentes públicos da carteira, proporcionando jornadas e serviços diferenciados na perspectiva do beneficiário;
- Revisitar modelo de atuação que seja cada vez mais proativo e customizado na gestão da sinistralidade;
- Ações contínuas para construção de indicadores visando a prevenção à fraudes e abusos; e
- Potencializar as decisões da Companhia baseadas em dados.

Controles Internos
A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controle de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance
A Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio, das regulamentações aplicáveis à Mediservice para assegurar a aderência, realizando o monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades.
Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com um canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o aculturamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.
O Grupo Bradesco Seguros possui governança estabelecida que possibilita que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.
A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria externa independente, de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Gestão de Riscos
A Mediservice Operadora de Planos de Saúde possui uma Estrutura de Gestão de Riscos em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.
O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pela estrutura de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos, na identificação e gestão dos riscos. Conta com fóruns com atribuições específicas, permitindo que os riscos, tais como crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.
Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas avaliações de risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, monitorar continuamente a exposição e tolerância aos riscos e assegurar o aculturamento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e às Fraudes
A Mediservice Operadora de Planos de Saúde mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, recursos estes aplicados no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de *e-mails* corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios e/ou suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.
Durante o exercício de 2025, não foram realizadas comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Privacidade e Segurança da Informação
Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção dos nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de clientes, funcionários, investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança integrada às áreas de negócios, tecnologia, segurança e riscos, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e a ação imediata de recuperação em caso de incidentes. As ações estão pautadas em *frameworks* internacionais e leis e regulamentos nacionais em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e diretrizes emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.
Nesse contexto, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde aprimora continuamente seu modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas sob a orientação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO), garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, na transparência das práticas, na proteção de dados, no atendimento aos direitos dos titulares e no fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.
Entre as práticas adotadas, destacam-se o uso de padrões de segurança e boas práticas de mercado, a revisão periódica de normas internas e processos, a capacitação contínua de equipes por meio de treinamentos (presenciais e remotos) e campanhas de conscientização, voltadas, tanto para o ambiente interno, quanto a melhoria da segurança nas relações com terceiros. Disponibilizamos também canais específicos e gratuitos para que os titulares exerçam seus direitos previstos na LGPD e implementamos prática de governança para o uso consciente de dados em soluções de inteligência artificial, reforçando nosso compromisso com a conformidade regulatória.

Tecnologia da Informação
Os núcleos de Tecnologia da Informação da Mediservice, alinhados ao direcionamento estratégico da Companhia, concentraram seus esforços em iniciativas voltadas à eficiência operacional, segurança da informação e aprimoramento da experiência dos usuários. Ao longo de 2025, destacando-se:
- Expansão de funcionalidades nos portais segmentados por perfil de usuário (funcionário, beneficiário, contratante, credenciado, auditor e institucional), com foco na personalização da jornada e na agilidade dos processos;
- * Evolução da jornada de autorização de procedimentos e transição de cuidados, com melhorias nos fluxos de *home care* e integração com sistemas de auditoria;
- Disponibilização de novas ferramentas para gestão da rede credenciada, incluindo busca de rede com filtros aprimorados e exibição de horários de atendimento;
- Implantação de relatórios gerenciais e operacionais, voltados ao acompanhamento de demandas como SAC resolutivo, auditoria hospitalar e monitoramento de exceções ambulatoriais; e
- Fortalecimento da integração com Parceiros de Negócios, com destaque para a integração com nova operadora. Este conjunto de iniciativas reforça o compromisso da Mediservice com a inovação tecnológica, melhoria contínua dos serviços e valorização da experiência de seus beneficiários, contratantes e credenciados.

Capital Humano
O Capital Humano constitui um dos pilares estratégicos da Mediservice, sendo fundamental para a sustentabilidade e a perenidade dos negócios. O modelo de Gestão de Capital Humano adotado é orientado pelos princípios de respeito, transparência, equidade de gênero e desenvolvimento contínuo dos colaboradores.
A Companhia investe de forma consistente em práticas de valorização das pessoas, incluindo oportunidades de crescimento profissional, programas de capacitação, reconhecimento, remuneração e benefícios, bem como ações voltadas à promoção da diversidade e do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.
Alinhada às recentes alterações na legislação societária, a Mediservice reforça seu compromisso com a transparência, a equidade de gênero e o fortalecimento da representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, acompanhando a evolução dos indicadores de diversidade.
Apresentamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico e a proporção da remuneração entre gêneros da Companhia:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos

	2025		2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Diretoria	-	-	-	-
Superintendência	-	-	-	-
Gerência	2	66,67%	2	66,67%
Coordenação/Supervisão	2	66,67%	2	66,67%
Aprendiz	1	100,00%	1	50,00%
Estagiário	1	100,00%	-	-
Demais Categorias	46	82,14%	48	84,21%

Proporção da remuneração entre gêneros

Nivel Hierárquico	Total de Remuneração	
	2025	2024
Conselho de Administração e Diretoria	-	-
Superintendência	-	-
Gerência	51,24%	54,63%
Coordenação/Supervisão	87,98%	81,23%
Aprendiz	100,00%	100,00%
Estagiário	100,00%	-
Demais Categorias	106,20%	99,00%

Agradecimentos
Agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o papel exercido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e demais Órgãos Reguladores, e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		**463.109**	**372.171**
Disponível		**12.262**	**10.207**
Realizável		**450.847**	**361.964**
Aplicações financeiras	4	**233.626**	**181.874**
Aplicações livres		233.626	181.874
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		**199.552**	**158.845**
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	5	138.091	110.129
Operadoras de planos de assistência à saúde		61.351	47.701
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		110	1.015
Créditos tributários e previdenciários	6	**14.802**	**18.726**
Bens e títulos a receber		**2.740**	**2.400**
Despesas antecipadas		**127**	**119**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**33.210**	**17.102**
Realizável a longo prazo		**21.614**	**14.640**
Ativo fiscal diferido	6	**13.594**	**10.747**
Depósitos judiciais e fiscais	7	**8.020**	**3.893**
Imobilizado	8	**6.591**	**353**
Imobilizado de uso próprio		**3**	**7**
Outras imobilizações		3	7
Direito de uso de arrendamentos		**6.588**	**346**
Intangível	9	**5.005**	**2.109**
TOTAL DO ATIVO		**496.319**	**389.273**

PASSIVO	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		**389.560**	**303.434**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	**187.574**	**154.826**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		482	293
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		187.092	154.533
Débitos de operações de assistência à saúde	11	**120.653**	**7.148**
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		120.653	7.148
Tributos e encargos sociais a recolher	12	**33.258**	**42.266**
Débitos diversos	13	**48.075**	**99.194**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**31.074**	**12.790**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	**11.246**	**2.570**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		11.246	2.570
Provisões		**19.828**	**10.220**
Provisões para ações judiciais	14	**13.246**	**10.220**
Débitos diversos	13	**6.582**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**75.685**	**73.049**
Capital social/patrimônio social		64.000	40.698
Reservas		**11.685**	**32.351**
Reservas de lucros/sobras/retenção de superávits		11.685	32.351
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**496.319**	**389.273**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	19a	**97.148**	**87.770**
Receitas com operações de assistência à saúde		**104.629**	**94.304**
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		104.629	94.304
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.481)	(6.534)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**97.148**	**87.770**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**9.741**	**4.590**
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	19b	**(28.341)**	**(20.291)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(21.999)	(19.270)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(563)	(690)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.779)	(331)
RESULTADO BRUTO		**78.548**	**72.069**
Despesas administrativas	19c	**(29.829)**	**(24.536)**
Resultado financeiro líquido	19d	**32.177**	**52.326**
Receitas financeiras		34.280	52.935
Despesas financeiras		(2.103)	(609)
RESULTADO PATRIMONIAL		**6**	**-**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**80.902**	**99.859**
Imposto de renda	19e	(21.803)	(23.929)
Contribuição social	19e	(8.065)	(8.929)
Impostos diferidos	19e	2.847	(573)
Participações sobre o lucro		(1.166)	(735)
RESULTADO LÍQUIDO		**52.715**	**65.693**
Quantidade de ações		**101.528.762**	**101.528.762**
Resultado líquido por ação		**0,52**	**0,65**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**52.715**	**65.693**
Total do resultado abrangente do exercício	**52.715**	**65.693**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de planos saúde	1.348.323	1.313.596
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.201.856	1.586.943
(+) Outros recebimentos operacionais	142.478	20.571
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.246.426)	(1.207.411)
(-) Pagamento de pessoal	(12.597)	(11.508)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(14.673)	(9.270)
(-) Pagamento de tributos	(24.705)	(25.905)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.026)	(3.622)
(-) Pagamento de aluguel	(1.056)	(929)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(830)	(1.456)
(-) Aplicações financeiras	(1.227.943)	(1.211.144)
(-) Outros pagamentos operacionais	(46.344)	(23.746)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**117.057**	**426.119**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(2.224)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(2.224)**	**-**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de participação nos resultados	(1.060)	(906)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(111.718)	(424.295)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(112.778)**	**(425.201)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**2.055**	**918**
CAIXA - Saldo inicial	10.207	9.289
CAIXA - Saldo final	12.262	10.207
	2.055	**918**
Ativos livres no início do período	192.081	196.958
Ativos livres no final do período	245.888	192.081
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos Livres	**53.807**	**(4.877)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01º de janeiro de 2024	**390.698**	**23.509**	**105.557**	**-**	**519.764**
Reduções de capital:					
AGE de 20/09/2024	(250.000)	-	-	-	(250.000)
AGE de 30/09/2024	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Dividendos pagos (R$ 332,98 por lote de mil ações)	-	-	(33.807)	-	(33.807)
Dividendos propostos (R$ 651,96 por lote de mil ações)	-	-	(66.193)	-	(66.193)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.693	65.693
Dividendos pagos antecipadamente (R$ 344,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(34.926)	(34.926)
Dividendos propostos (R$ 270,68 por lote de mil ações)	-	-	-	(27.482)	(27.482)
Proposta para destinação do lucro liquido	-	3.285	-	(3.285)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**40.698**	**26.794**	**5.557**	**-**	**73.049**
Aumento de capital:					
AGE de 30/04/2025	23.302	(23.302)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	52.715	52.715
Dividendos pagos (R$ 177,71 por lote de mil ações)	-	-	-	(18.043)	(18.043)
Dividendos propostos (R$ 315,54 por lote de mil ações)	-	-	-	(32.036)	(32.036)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	2.636	-	(2.636)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**64.000**	**6.128**	**5.557**	**-**	**75.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/02/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/26/MEDSERVICE1587782726022026.pdf
Hash:17719630902cb4c73aec9b429f8c50d6051a5474c0

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social operar planos de assistência à saúde e odontológicos, desenvolvimento de atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias, prestação de serviços relacionadas à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Paulista, nº 1.450, 5º andar, Torre Paulista, Parte, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-917.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas em conjunto com as operações da controladora Bradesco Saúde, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A. em 24 de fevereiro de 2026.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 - Aplicações financeiras e 13 - Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo, em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais, segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros na categoria mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde", que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada; avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros; o valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a. Redução ao valor recuperável (impairment) de Contraprestação Pecuniária a Receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de contraprestações e de taxa de administração a receber com base em estudo técnico, que consiste em observar uma Contraprestação Pecuniária a receber com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber, que permaneceram neste período de tempo em atraso.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de recuperação do contratante, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos líquidos dos custos da transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

(i) Ativos de direito de uso

Para as operações de arrendamento mercantil, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por i*mpairment,* caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos e serão registrados contabilmente quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. A Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240, no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária, sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente, considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Normas, alterações e interpretações de normas

a. Normas Aplicáveis em períodos futuros

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela ANS, são como segue:

Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS 1 e 2) - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 51 - IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A principal alteração introduzida pelo CPC 51 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

Reforma Tributária - Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026

A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano.

O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, COFINS, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033.

A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamentou o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD.

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento do risco inerente às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e, para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital, com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos estuda tal risco, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital. Para mitigar o risco de crédito, atrelado ao risco do contas a receber, a Companhia adota como prática o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo, pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

	2025	
Ativos Financeiros/*Rating*	**AAA (*)**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**233.626**	**233.626**
Títulos de renda fixa públicos	222.094	222.094
Títulos de renda fixa privado	11.532	11.532
Total	**233.626**	**233.626**

	2024	
Ativos Financeiros/*Rating*	**AAA (*)**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**181.874**	**181.874**
Títulos de renda fixa públicos	181.874	181.874
Total	**181.874**	**181.874**

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e, mensalmente, o Comitê de ALM, Liquidez e Investimentos e Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações; em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/26/MEDSERVICE1587782726022026.pdf

Hash:17719630902cb4c73aec9b429f8c50d6051a5474c0

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	2025	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	12.262	-
Fluxo de 0 a 3 meses	435.918	389.502
Fluxo de 3 a 6 meses	-	19
Fluxo de 6 a 9 meses	-	19
Fluxo de 9 a 12 meses	-	20
Fluxo de 1 a 5 anos	-	6.582
Total	**448.180**	**396.142**

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas na melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso à RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos. Observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE *(Economic Value Equity)*, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área de Riscos Financeiros do GBS. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros de renda fixa, principalmente de operações compromissadas, considerada de baixo risco de mercado. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal, geram impactos em resultado e PL menor que R$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos da Companhia, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos, a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente, com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2025	%	2024	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**233.626**	**100**	**181.874**	**100**
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	233.626	100	181.874	100

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos da Companhia, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

					2025	
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	**11.532**	**1.628**	**220.466**	**233.626**	**233.604**	**22**
Letras financeiras do tesouro	-	1.628	220.466	222.094	222.072	22
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	11.532	-	-	11.532	11.532	-
Total	**11.532**	**1.628**	**220.466**	**233.626**	**233.604**	**22**

					2024	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
Valor justo por meio do resultado	**35.132**	**146.742**	**181.874**	**181.601**	**273**	
Letras financeiras do tesouro	35.132	146.742	181.874	181.601	273	
Total	**35.132**	**146.742**	**181.874**	**181.601**	**273**	

(*) Outros incluem contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2025	2024
Total das provisões técnicas	**198.820**	**157.396**
(-) Redutores da necessidade de cobertura (*)	(198.820)	(157.396)
Total a ser coberto	**-**	**-**

(*) De acordo com a Resolução Normativa ANS n° 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de PPCNG, PIC, PESL com depósito judicial, PESL SUS/ preço pós estabelecido e Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL que tenham sido avisados nos últimos 30 (trinta) dias.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

			2025		2024
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado	**222.094**	**11.532**	**222.094**	**181.874**	**181.874**
Letras financeiras do tesouro	222.094	-	222.094	181.874	181.874
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	-	11.532	11.532	-	-
Total	**222.094**	**11.532**	**233.626**	**181.874**	**181.874**

Movimentação das aplicações financeiras

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**181.874**	**519.767**
(+) Aplicações	1.227.944	1.211.144
(-) Resgates	(1.209.044)	(1.599.204)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	32.852	50.167
Saldo em 31 de dezembro	**233.626**	**181.874**

(*) Outros incluem contas a pagar/tesouraria.

e. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2025, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 100,07% (99,89% em 31 de dezembro de 2024) do CDI no acumulado do exercício e, em relação ao referido *benchmark,* as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi de 100% em 2025 e 2024 da SELIC (títulos pós-fixados).

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2025	2024
A vencer:		
Até 30 dias	134.549	104.761
De 31 a 120 dias	1.026	536
Total a vencer	**135.575**	**105.297**
Vencidos:		
Até 30 dias	1.321	1.409
De 31 a 120 dias	902	865
Acima de 121 dias	22.862	20.282
Total vencidos	**25.085**	**22.556**
Redução ao valor recuperável	(22.569)	(17.724)
Total	**138.091**	**110.129**

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**110.129**	**193.568**
(+) Contraprestações emitidas	858.331	819.176
(+) Taxa de administração e de implantação	26.815	36.180
(-) Recebimentos	(853.207)	(939.094)
(+/-) Constituição de provisão de perda	(4.844)	299
(+/-) Atualização monetária e juros	867	-
Saldo em 31 de dezembro	**138.091**	**110.129**

6. Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

			2025			2024
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo fiscal diferido (i)	-	13.594	13.594	-	10.747	10.747
Impostos a compensar	14.802	-	14.802	18.726	-	18.726
Total	**14.802**	**13.594**	**28.396**	**18.726**	**10.747**	**29.473**

(i) Ativos fiscais diferidos

	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para riscos de crédito	6.631	1.899	(37)	8.493
Provisão para contingências cíveis	2.808	1.627	(317)	4.118
Provisão para contingências trabalhistas	667	62	(451)	278
Outros	641	188	(124)	705
Total	**10.747**	**3.776**	**(929)**	**13.594**

	Saldo em 01/01/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para riscos de crédito	6.252	458	(79)	6.631
Provisão para contingências cíveis	3.441	1.091	(1.724)	2.808
Provisão para contingências trabalhistas	518	153	(4)	667
Outros	1.109	126	(594)	641
Total	**11.320**	**1.828**	**(2.401)**	**10.747**

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026	1.421	511	1.932
2027	792	285	1.077
2028	700	252	952
2029	632	228	860
2030	735	264	999
2031 a 2033	5.152	1.855	7.007
2034	564	203	767
Total	**9.996**	**3.598**	**13.594**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Depósitos judiciais e fiscais

	2025	2024
Cíveis	3.312	3.364
Eventos (*)	4.590	418
Trabalhistas	95	90
Outros depósitos	23	21
Total	**8.020**	**3.893**

(*) Em novembro 2025 houve um depósito judicial de R$ 3,6 milhoes para cobertura contratual referente ao processo judicial 8171889-91.2025.8.05.0001.

8. Imobilizado

	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Outras imobilizações	7	-	(4)	3
Ativo de direito de uso (*)	346	6.890	(648)	6.588
Total	**353**	**6.890**	**(652)**	**6.591**

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Bens móveis	2	-	(2)	-
Outras imobilizações	140	-	(133)	7
Ativo de direito de uso	1.166	(41)	(779)	346
Total	**1.308**	**(41)**	**(914)**	**353**

(*) Variação refere-se ao contrato de aluguel da nova sede na Avenida Paulista.

9. Intangível

	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Software	2.109	3.223	(327)	5.005
Total	**2.109**	**3.223**	**(327)**	**5.005**

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Software	2.442	-	(333)	2.109
Total	**2.442**	**-**	**(333)**	**2.109**

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**157.396**	**210.592**
Eventos conhecidos	1.283.495	1.140.563
Eventos pagos	(1.242.938)	(1.193.759)
Atualização monetária e juros	867	-
Saldo em 31 de dezembro	**198.820**	**157.396**

11. Débitos de operações de assistência à saúde

Trata-se de ação declaratória cumulada com repetição de indébito visando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre a Mediservice e a União, para afastar a incidência da contribuição previdenciária do art. 22, III, da Lei nº 8.212/91. A Mediservice restou vencedora na ação, repetindo o indébito no valor de R$98.163.

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
Retenção de impostos e contribuições	16.108	22.641
Imposto de renda	13.314	16.435
Contribuição social	2.375	1.801
COFINS e PIS	481	388
Outros tributos e encargos sociais a recolher	980	1.001
Total	**33.258**	**42.266**

13. Débitos diversos

Circulante	2025	2024
Partes relacionadas	33.026	94.311
Dividendos a pagar	32.036	93.675
Outras contas a pagar	990	636
Obrigações com pessoal	3.293	2.247
Fornecedores	1.666	568
Depósitos de terceiros (i)	702	822
Passivo de arrendamento (ii)	75	398
Outros débitos	9.313	848
Total	**48.075**	**99.194**
Não Circulante		
Passivo de arrendamento (ii)	6.582	-
Total	**6.582**	**-**

(i) *Aging* de depósito de terceiros

	2025	2024
De 1 a 30 dias	389	591
De 31 a 180 dias	313	231
Total	**702**	**822**

Passivo de arrendamento (ii)	2025	2024
	Imóveis	Imóveis
Saldo 1º de janeiro	**398**	**1.275**
Remensuração e novos contratos	6.882	(41)
Pagamentos	(887)	(917)
Apropriação de encargos financeiros	264	81
Saldo em 31 de dezembro	**6.657**	**398**

(ii) *Aging* do passivo de direito de uso	2025	2024
Até um ano	75	398
Entre um e cinco anos	444	-
Acima de cinco anos	6.138	-
Total	**6.657**	**398**

14. Provisões para ações judiciais

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. Os passivos relacionados às obrigações legais em discussão judicial são mantidos até a definição da ação.

(i) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro de 2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

(ii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R$1.109 (R$1.476 em 31 de dezembro de 2024), para os processos cíveis e R$ 2.580 (R$ 2.579 em 31 de dezembro de 2024), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere às seguintes questões:

a) Auto de Infração de ISSQN, sobre serviços médicos prestados, no montante de R$ 1.266 (R$1.137 em 31 de dezembro de 2024). A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

b) Auto de Infração de PIS e COFINS da Lei 9.718/98, no montante de R$ 704 **(**R$ 645 em 31 de dezembro de 2024). A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

(iii) Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**913**	**9.307**	**10.220**
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	(486)	4.538	4.052
Pagamentos	(66)	(960)	(1.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**361**	**12.885**	**13.246**

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**821**	**10.942**	**11.763**
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	103	1.976	2.079
Pagamentos	(11)	(3.611)	(3.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**913**	**9.307**	**10.220**

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/26/MEDSERVICE1587782726022026.pdf

Hash:17719630902cb4c73aec9b429f8c50d6051a5474c0

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 101.528.762 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**52.715**	**65.693**
Constituição da reserva legal	(2.636)	(3.285)
Base de cálculo dos dividendos	**50.079**	**62.408**
Dividendos pagos e propostos no exercício	50.079	62.408
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**100,00%**	**100,00%**

b. Atos societários

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de abril de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$23.302, sem acréscimo de ações.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após constituição de reserva legal e outras deduções legais, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

	2025
Patrimônio líquido contábil	**75.685**
(-) Despesas antecipadas	(127)
(-) Ativo intangível	(5.005)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**70.553**
Capital regulatório (maior valor entre I e II)	**42.465**
Capital base (I)	**12.328**
Capital baseado em riscos (II)*	**42.465**
Risco de crédito	18.049
Risco de mercado	9.044
Risco operacional	20.348
Efeito da correlação (benefício)	(4.976)
Suficiência	**28.088**

(*) O cálculo do capital baseado em riscos corresponde à soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução Normativa ANS nº 569/2022. O capital baseado no risco de subscrição não se aplica a contratos de planos de saúde na modalidade de preço pós-estabelecido, como a Mediservice.

17. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2025 totalizou R$146 (R$200 em 31 de dezembro de 2024); além disso a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC05. O Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	23.794	10.207	-	-
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda.(empresa ligada) (v)	6.588	-	6.659	-
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii)	-	-	990	631
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta) (vi)	-	-	32.036	93.675
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	810	706	4.904	4.298
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii)	8	-	23	19
Clínica Oftalmológica São Lucas Ltda (empresa ligada) (ii)	4	-	-	-
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	5	5
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	2	1
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	14	4
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii)	4	-	12	10
Vita Clinicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii)	3	3	39	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii)	6	5	-	-
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii)	-	7	-	330
Laboratório Bioclínico Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	17	10
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	9
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	3
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	9	10
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	283	117
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	12	6
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	280	227	189	189
Laboratório de Patologia Clinica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii)	-	-	4	1
Instituto de Analises Clinicas de Santos (empresa ligada) (vii)	-	-	64	75
Moscogliato Serviço de Ultrasom Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	20	88
Anatomia Patológica Hugo Silviano Brandão (empresa ligada) (vii)	-	-	1	-
Laboratório de Análises Clínicas Confiance Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	76	-
LSL - Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	18	-
Total	**31.497**	**11.155**	**45.377**	**99.481**

	Receitas		Despesas	
	2025	2024	2025	2024
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii)	-	-	(10.163)	(5.070)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	-	-	(4)	(4)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (iv) (ii)	470	105	(5.151)	(4.313)
Odontoprev S.A. (empresa Ligada) (iv)	-	-	(289)	(291)
Prevsaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(5)	(58)
Alelo S.A. (empresa ligada) (iv)	-	-	(1.425)	(1.399)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda.(empresa ligada) (v)	-	-	(912)	(917)
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii)	18.746	12.624	(38.120)	(30.270)
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii)	523	-	(154)	(127)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(62)	(67)
Vita Clínicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii)	87	12	(61)	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii)	143	29	-	-
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	(85)	-
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(20)	(56)
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(141)	(22)
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii)	116	-	(119)	(124)
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii)	78	-	(1.473)	(86)
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii)	-	11	(136)	(3.917)
Laboratório Bioclínico Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(53)	(87)
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(1.250)	(54)
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(2.003)	(1.593)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (vii)	7.124	-	(1.332)	(1.781)
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii)	-	1.197	(25)	(1.126)
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii)	-	-	(546)	(18)
Instituto de Análises Clínicas de Santos (empresa ligada) (vii)	-	-	(457)	(334)
Moscogliato Serviço de Ultrasom Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(2)	(403)
Anatomia Patológica Hugo Silviano Brandão (empresa ligada) (vii)	-	-	(37)	(2)
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(26)	(18)
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(11)	(8)
Eco-Rad Serviços Médicos Ltda. (empresa ligada) (vii)	47	-	-	(2)
Clínica Oftalmológica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (ii)	9	-	-	-
Centro Avançado de Oftalmologia S.A. (empresa ligada) (ii)	-	-	(434)	-
Laboratório de Análises Clínicas Confiance Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(35)	-
Gestão Opme Ltda - Advice Healt (empresa ligada) (vii)	-	-	(2)	-
Hemolab Laboratório de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(30)	-
Total	**27.343**	**13.978**	**(64.563)**	**(52.147)**

(i) Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
(ii) Contraprestações a receber/emitidas.
(iii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) *marketing* e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção.
(iv) Refere-se à prestação de serviços de processamento de informações relativas a eventos indenizáveis, benefícios de farmácia, assistência médica, assistência de viagem e alimentação.
(v) Despesas com aluguéis.
(vi) Dividendos.
(vii) Refere-se a sinistros avisados/pagos.

19. Detalhamento das contas de resultado

a. Receitas com operações de assistência à saúde

	2025	2024
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	104.629	94.304
(-) Tributos	(7.481)	(6.534)
Total	**97.148**	**87.770**

b. Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde

	2025	2024
Despesas com seguros	(9.700)	(11.825)
Despesas de prestação de serviços	(5.817)	(5.323)
Reversão/constituição de provisão para perdas sobre créditos	(5.779)	(331)
Reversão/constituição de provisão para contingências cíveis	(3.618)	523
Despesas com encargos sociais	(3.032)	(2.995)
Despesas com confecção de carteira e livro de credenciamento	(395)	(340)
Total	**(28.341)**	**(20.291)**

c. Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal próprio	(20.342)	(15.248)
Ordenados	(11.535)	(8.042)
INSS/FGTS	(3.956)	(2.739)
Alimentação ao trabalhador	(1.426)	(1.400)
Despesa com transporte de empregados	(447)	(434)
Planos de previdência privada (nota 18)	(146)	(200)
Outras	(2.832)	(2.433)
Despesas com serviços de terceiros	(3.987)	(3.478)
Despesas com localização e funcionamento	(3.468)	(3.072)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(1.006)	(1.315)
Despesas com donativos e contribuições	(723)	(1.037)
Impostos federais/estaduais/municipais	(12)	(153)
Outras	(291)	(233)
Total	**(29.829)**	**(24.536)**

d. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	32.852	50.167
Receitas com títulos de renda variável	4	2.499
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	867	134
Outras receitas financeiras	557	135
Subtotal	**34.280**	**52.935**
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas	(867)	(394)
Encargos sobre tributos	(816)	-
Outras despesas financeiras	(420)	(215)
Subtotal	**(2.103)**	**(609)**
Total	**32.177**	**52.326**

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias	2.847	(573)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(29.868)	(32.858)
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(27.021)**	**(33.431)**

20. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	80.902	99.859
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(27.507)	(33.952)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no resultado	(397)	(250)
Contribuição entidade de classe	(109)	(163)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	-	(145)
Doações, patrocínios e brindes	(149)	(310)
Outros valores	1.141	1.389
Total tributos	**(27.021)**	**(33.431)**
Alíquota efetiva	**33,40%**	**33,48%**

21. Outras informações

a. Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde Médico Hospitalar

	Corresponsabilidade Assumida	
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	**2025**	**2024**
Planos coletivos empresariais depois da lei	202.970	165.848
Planos coletivos empresariais antes da lei	222.193	155.540
Total	**425.163**	**321.388**

b. Conciliação do Lucro Líquido com as Atividades Operacionais do Fluxo de Caixa Direto

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	**52.715**	**65.693**
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	1.185	1.247
(+/-) Outros	1.370	907
(+/-) Variação das aplicações	**(51.752)**	**337.893**
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	332.098
(+/-) Aplicações livres	(51.752)	5.795
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	**(40.707)**	**80.049**
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	(27.962)	83.439
(+/-) Participação de beneficiários em eventos/ sinistros indenizáveis	(13.650)	(3.426)
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	905	36
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	**3.924**	**391**
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	**(340)**	**(2.096)**
(+/-) Variação de despesas antecipadas	**(8)**	**(1)**
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	**(4.127)**	**(1.078)**
(+/-) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**41.424**	**(53.196)**
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	**113.505**	**1.805**
(+/-) Variação de provisões	**3.026**	**(1.543)**
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	**(9.008)**	**(643)**
(+/-) Variação de débitos diversos	**5.850**	**(3.309)**
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**117.057**	**426.119**

DIRETORIA

Carlos Alberto Iwata Marinelli	Diretor-Presidente	Valdirene Soares Secato	Diretora
Flávio Bitter	Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Antonio Alexandre Arias	Diretor		
Fabio Miranda Daher	Diretor		
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor		
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora		

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1.400, 1º andar – Chácara Santo Antônio
CEP: 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500 - kpmg.com.br
CRC 2SP-014428/O-6

Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP281259/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 26/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/26/MEDSERVICE1587782726022026.pdf

Hash:17719630902cb4c73aec9b429f8c50d6051a5474c0

Docusign Envelope ID: 9AF810FE-01E6-89FC-8264-76B2EE22409F

Prezados Senhores,

A **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, (“Mediservice”) com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.746.455/0001-78, vem expor os índices solicitados data-base 2024:

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{386.811}{316.224} = \mathbf{1,22}$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{AT}{PC + PNC} = \frac{389.273}{316.224} = \mathbf{1,23}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{AC}{PC} = \frac{372.171}{303.434} = \mathbf{1,23}$$

Declaramos ainda, que a empresa **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.** possui Capital Social integralizado de R$40.698 e Patrimônio Líquido de R$73.049, conforme último balanço patrimonial publicado em 26 de fevereiro de 2025 (valores expressos em milhares de reais).

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Alberto Barcellos Miranda
00E94484FAD64BE...

Alberto Barcellos Miranda
CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 9AF810FE-01E6-89FC-8264-76B2EE22409F
Status: Concluído
Assunto: Complete com a Docusign: MEDISERVICE Indicadores de Líquidez _ Dez2024.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Patricia Ferriani Gomes
Alameda Araguaia, nº 2104 - 21º Andar - Alphaville
Barueri, São Paulo 06455-000
patricia.gomes@odontoprev.com.br
Endereço IP: 163.116.233.90

Rastreamento de registros

Status: Original
07 de julho de 2026 | 14:05
Portador: Patricia Ferriani Gomes
patricia.gomes@odontoprev.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Alberto Barcellos Miranda alberto.miranda@bradescoseguros.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Alberto Barcellos Miranda 00E94484FAD64BE... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.152.237.137	Enviado: 07 de julho de 2026 | 14:05 Visualizado: 07 de julho de 2026 | 14:07 Assinado: 07 de julho de 2026 | 14:07

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 07 de julho de 2026 | 14:07
ID: 6df7bfd2-a944-4754-8e65-fd5fc35e2b41

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07 de julho de 2026 | 14:05
Entrega certificada	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:07
Assinatura concluída	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:07
Concluído	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:07

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Odontoprev S/A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Odontoprev S/A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Odontoprev S/A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Odontoprev S/A.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Odontoprev S/A.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Odontoprev S/A. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Odontoprev S/A. durante o curso do meu relacionamento com você.

Docusign Envelope ID: D37023AC-28F3-871D-8119-9A6A2C726E51

Prezados Senhores,

A **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, (“Mediservice”) com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.746.455/0001-78, vem expor os índices solicitados data-base 2025:

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{484.723}{420.634} = \mathbf{1,15}$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{AT}{PC + PNC} = \frac{496.319}{420.634} = \mathbf{1,18}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{AC}{PC} = \frac{463.109}{389.560} = \mathbf{1,19}$$

Declaramos ainda, que a empresa **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.** possui Capital Social integralizado de R$64.000 e Patrimônio Líquido de R$75.685, conforme último balanço patrimonial publicado em 24 de fevereiro de 2026 (valores expressos em milhares de reais).

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Alberto Barcellos Miranda
00E94484FAD64BE...

Alberto Barcellos Miranda
CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D37023AC-28F3-871D-8119-9A6A2C726E51
Status: Concluído
Assunto: Complete com a Docusign: MEDISERVICE Indicadores de Líquidez _ Dez2025.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Patricia Ferriani Gomes
Alameda Araguaia, nº 2104 - 21º Andar - Alphaville
Barueri, São Paulo 06455-000
patricia.gomes@odontoprev.com.br
Endereço IP: 163.116.233.90

Rastreamento de registros

Status: Original
07 de julho de 2026 | 14:04
Portador: Patricia Ferriani Gomes
patricia.gomes@odontoprev.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Alberto Barcellos Miranda alberto.miranda@bradescoseguros.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Alberto Barcellos Miranda 00E94484FAD64BE... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.152.237.137	Enviado: 07 de julho de 2026 | 14:05 Visualizado: 07 de julho de 2026 | 14:06 Assinado: 07 de julho de 2026 | 14:06

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 07 de julho de 2026 | 14:06
ID: 2c7c26ec-c315-46c5-935a-998e6098552b

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07 de julho de 2026 | 14:05
Entrega certificada	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:06
Assinatura concluída	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:06
Concluído	Segurança verificada	07 de julho de 2026 | 14:06

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Odontoprev S/A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Odontoprev S/A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Odontoprev S/A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Odontoprev S/A.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Odontoprev S/A.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Odontoprev S/A. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Odontoprev S/A. durante o curso do meu relacionamento com você.